

## VIII Legislatura - Sessão Legislativa de Maio - Horta, 12 de Maio de 2005

### INTERVENÇÃO da Deputada Ana Isabel Moniz sobre Turismo

*Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:*

Os dados estatísticos sobre o Turismo, recentemente divulgados pelos serviços oficiais, para o período de Janeiro a Março de 2005, revelam um aumento de 16,9% no número de dormidas nas unidades de alojamento turístico da Região, relativamente a igual período de 2004. Trata-se da maior subida registada a nível nacional, comparativamente às outras regiões de turismo do país, onde a taxa média de crescimento se ficou pelos 5,7%.

Considerando apenas os valores respeitantes ao mês de Março, o crescimento foi de 22,9% em relação a 2004, enquanto a média nacional foi de 12,8%. Quanto à estrutura das dormidas por mercados, 54% são de estrangeiros e 46% de nacionais. Embora o peso dos estrangeiros já seja superior ao dos nacionais, estes últimos detêm uma expressão muito maior do que aquela que se verifica no conjunto do país.

Em relação à estada média, em número de noites, para os Açores, esta situou-se em 3,7 noites - correspondendo à subida de uma décima em relação às 3,6 noites registadas em Março de 2004 – o que é deveras significativo, se atendermos ao facto desta região ter sido ultrapassada apenas pela Madeira e pelo Algarve e destes valores se situarem muito acima da média nacional, que foi de 3 noites.

No mês de Março de 2005, os Açores foram igualmente a região de turismo do país que maiores aumentos apresentou em termos de Proveitos Totais (mais 25,3%) e de Proveitos de Aposento (mais 24,3%), em relação a idêntico mês do ano anterior.

De salientar que o aumento verificado nos Proveitos de Aposento relativos aos estabelecimentos hoteleiros foi superior ao crescimento das dormidas, o que se traduz numa melhoria considerável na receita média diária, contrariando algumas afirmações de mau agouro que desfraldam incessantemente a bandeira da degradação das receitas médias por dormida e das taxas de ocupação.

Perante a evidência dos números, pode-se afirmar que se configura uma tendência de crescimento consolidado na procura turística regional e nas receitas obtidas pelo sector.

***Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:***

Estes resultados não são alheios aos esforços encetados pelos governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista em termos de promoção turística.

Os Açores, à semelhança de qualquer destino turístico que pretende desenvolver uma política de promoção eficaz, souberam conduzir muito bem este processo.

O Governo Regional definiu uma estratégia de marketing para o sector do turismo com objectivos de comunicação muito claros, dirigindo o enfoque para a oferta de produtos turísticos assentes na peculiar dotação de recursos naturais e patrimoniais da Região.

Neste sentido, promoveu a realização de estudos, que se reflectiram na apresentação de documentos como o “Plano Operacional de Marketing” e o “Plano de Promoção Turística Internacional”. Este último constitui parte integrante da contratualização da Associação de Turismo dos Açores com o Instituto de Turismo de Portugal, em matéria de promoção turística.

Ao abrigo deste novo modelo de concertação e contratualização, foi estabelecida uma actuação concertada entre organismos públicos, associações empresariais e empresas turísticas que intervêm na promoção turística da Região.

Todo este processo permitiu seleccionar os mercados prioritários para a actuação promocional, atendendo à viabilidade das ligações aéreas e à proximidade geográfica dos potenciais mercados emissores.

No âmbito destes documentos, foram elencadas as acções a desenvolver em cada mercado-alvo, nomeadamente a participação em feiras, a realização de viagens educacionais para jornalistas, operadores turísticos e agentes de viagens, bem como publicidade em diversos tipos de suportes.

Foram igualmente calendarizadas as acções por mercados e afectas as verbas necessárias à respectiva concretização. Foram preparados os materiais promocionais e, finalmente, executadas as acções previstas.

É oportuno referir aqui que, no ano de 2004, foram apenas duas as regiões de turismo do país a executarem em pleno o orçamento disponível no âmbito da contratualização com o Instituto de Turismo de Portugal: Lisboa e Açores.

Onde está o acaso ou a sorte - se se preferir - neste processo? Não se tratou de um dispêndio de verbas aleatório, nem casuístico, como por vezes se tem ouvido nesta Câmara. E os resultados estão à vista para o comprovar.

***Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:***

A proposta de reformulação do diploma que instituiu o Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento Regional (SIDER), que será apreciada nesta Sessão Plenária, pretende fomentar o investimento privado em novas áreas de actividade económica, relacionadas com a animação turística, o turismo de saúde e a prestação de cuidados à infância e aos idosos. Trata-se de áreas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento económico e social da Região. Além disso, prevê a inclusão de medidas de discriminação positiva, que visam o reforço da coesão territorial.

A já anunciada revisão dos três subsistemas que constituem este sistema de incentivos – SIDET, SIDEL e SIDEPE –, a par da apresentação do Guia do Investidor, onde se sintetiza toda a informação importante para a constituição e funcionamento de uma empresa, são novas e importantes medidas do Governo Regional dos Açores, que se enquadram numa estratégia mais vasta de captação de investimento externo para a Região.

O reforço da cooperação institucional com entidades como o Instituto do Comércio Externo de Portugal (ICEP) e a Agência Portuguesa do Investimento (API) é outra vertente dos esforços que estão a ser efectuados no sentido de estabelecer e manter contactos com potenciais investidores externos.

Ora, sendo o sector do Turismo uma das áreas que oferece maiores potencialidades para captar o investimento externo, o Governo Regional, ao pretender

alargar o âmbito de aplicação dos incentivos a áreas como a animação turística - onde se inclui, por exemplo, o golfe -, e o turismo de saúde - onde se enquadra, por exemplo, o termalismo -, está a dar um sinal claro aos potenciais investidores da importância estratégica que atribui a estes projectos.

Mais do que o número, importa aumentar as receitas do sector. Este é um indicador claro de que o Governo Regional está apostado em promover a qualidade da oferta e o valor acrescentado, em vez da massificação indiferenciada.

Para além disso, o reforço dos incentivos às áreas de animação turística revela o reconhecimento da importância da animação turística como base sustentável do desenvolvimento de uma região, na divulgação e afirmação de uma identidade cultural, na fixação de saberes e tradições, no desenvolvimento social das comunidades que visitam e são visitadas.

A animação turística é a parte complementar do produto turístico e pode ser a matriz da diferença por via da rentabilização dos recursos disponíveis. A identificação e a recuperação das artes e saberes tradicionais, dos jogos populares, do folclore, das festas religiosas e pagãs, das lendas e histórias locais identificam e caracterizam uma região, permitindo, assim, complementar o desenvolvimento da actividade turística.

A animação na hotelaria é outra necessidade imprescindível. Os novos turistas já não se contentam com um quarto confortável e com uma vista agradável, ou com um restaurante que ofereça bom serviço, mas antes exigem um complemento diferente. Cabe, agora, aos empresários compreender esta necessidade de investir em animação turística, não só organizando iniciativas, mas sabendo cativar os turistas para a sua participação. É esta a solução que deve ser procurada para combater os males que têm sido trazidos a debate, na comunicação social, durante as últimas semanas, da reduzida duração da estada dos turistas em certas ilhas e consequente fraca taxa de ocupação das respectivas unidades de alojamento turístico.

Tem sido demonstrado em diversos casos de estudo, ao nível internacional, que a implementação de actividades de animação turística contribui para o aumento da taxa de ocupação dos alojamentos e consequente aumento do consumo e das receitas do turismo. O golfe, por exemplo, surge à cabeça das actividades de animação turística

desportiva: por ser um desporto praticado ao ar livre, permitindo um contacto directo com a natureza e com a paisagem envolvente, tem sido transformado, nos últimos anos, numa grande atracção turística no nosso país, sendo capaz de ajudar a combater a sazonalidade de algumas regiões. E os Açores possuem, sem dúvida, todas as condições para o fazer. As ligações aéreas directas estabelecidas recentemente com importantes mercados de jogadores de golfe, como é o caso dos Países Nórdicos, do Reino Unido e da Alemanha, têm contribuído para despertar o interesse de numerosos operadores de golfe, que importa explorar. O mesmo se pode afirmar em relação ao turismo de congressos, cuja oferta, reúne actualmente, nos Açores, boas condições, no que respeita à capacidade e diversidade de equipamentos para satisfazer a procura internacional nesta área. Importa referir, a este propósito, mais uma conquista deste Governo Regional, em termos de promoção turística, através da Associação de Turismo dos Açores: a aceitação dos Açores como destino de turismo de Golfe e de Congressos, junto do Instituto de Turismo de Portugal. Estes dois novos produtos vêm acrescer aos anteriores, do *Touring* e do Turismo de Natureza, possibilitando à Região, já em 2005, a participação institucional em feiras e eventos internacionais ligados a estas temáticas.

***Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:***

A actual revisão dos sistemas de incentivos é enformada por uma preocupação no sentido da qualidade, da produtividade e da competitividade dos investimentos realizados, nomeadamente na área do turismo, que está a ser alvo de uma abordagem mais detalhada nesta minha intervenção.

Contudo, este esforço de dinamização e estruturação da oferta turística regional não se limita apenas à disponibilização de sistemas de incentivos à iniciativa privada regional. Este é apenas um dos vectores de actuação do Governo Regional.

Convém recordar que foram os governos regionais da responsabilidade do Partido Socialista que instituíram a regulamentação da observação de cetáceos, dos trilhos turísticos para passeios a pé por veredas e atalhos e das actividades de mergulho e de observação sub-aquática, para além de efectuarem importantes revisões na

legislação sobre as actividades marítimo-turísticas, que já assumem um expressão significativa na Região.

Também foram efectuadas as necessárias adaptações à Região dos diplomas nacionais relativos à instalação e funcionamento dos empreendimentos turísticos, dos estabelecimentos de restauração e de bebidas e do turismo no espaço rural.

No que toca aos trilhos turísticos, está a ser feito o levantamento, sinalização e limpeza de 36 trilhos pedestres em todas as ilhas dos Açores, à excepção do Corvo, no âmbito do projecto TOURMAC – Turismo de Percursos Pedestres e Desenvolvimento Sustentável, que associa as regiões autónomas das Canárias, Madeira e Açores, estando prevista para o final deste ano a publicação das primeiras brochuras relativas a estes trilhos. Trata-se de uma mais valia fundamental para reforçar a oferta de produtos no segmento do Turismo de Natureza/Turismo Activo.

Têm sido realizados seminários e *workshops* sobre a Organização de Programas de Animação Turística, a fim de estimular os privados a investirem na animação turística, tendo o último encontro decorrido em Angra do Heroísmo, no passado mês de Fevereiro.

A promoção da qualidade na prestação dos serviços tem sido outra das prioridades de actuação, tendo em vista o desenvolvimento de uma verdadeira cultura de turismo na Região.

Em termos de formação profissional, a abertura da Escola de Hotelaria e Turismo dos Açores veio dotar a Região de maiores competências em termos de formação inicial e de formação contínua para activos do sector.

No período de 2000 a 2004, ofereceu-se um total de 213 cursos de formação profissional no turismo, em 35 escolas da Região, tendo-se formado cerca de 3300 efectivos, em áreas que vão desde a restauração à animação cultural.

No âmbito do Programa de Segurança e Promoção da Qualidade Alimentar (SEPROQUAL), que foi promovido pelo Governo Regional em todas as ilhas do arquipélago, cerca de 440 trabalhadores açorianos frequentaram cursos de formação de seis meses, destinados a restaurantes e pequenas indústrias do sector alimentar.

Esta é a prova da preocupação que tem sido atribuída, pelo Governo Regional, à eleição de políticas de dignificação e valorização das profissões turísticas e ao fomento do aumento da exigência de qualidade nessa mesma oferta de serviços turísticos.

A abertura de novos cursos de Turismo, na Universidade dos Açores, vem complementar esta oferta de formação, permitindo o aumento da qualificação profissional dos recursos humanos do sector.

Em suma, estamos perante uma política governamental de fomento ao investimento privado e à captação do investimento externo, devidamente integrada com fortes investimentos públicos, que visam atingir objectivos concretos, por um lado, em termos de dinamização e estruturação da oferta turística e, por outro, de estímulo da procura turística, através de uma política de promoção turística, que se tem revelado muito eficaz.

Tenho dito!